



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MPV/0257/2023

Fica acrescentado XI e XII do art. 34 ao Projeto de conversão em Lei da MPV 257/2023, com a seguinte redação:

Art. 16. A Seção V do Capítulo V do Título II e o art. 34 da Lei Complementar nº 741, de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

PÚBLICA ESTADUAL "TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

.....
CAPÍTULO V
DAS SECRETARIAS DE ESTADO
.....

Família Seção V
Da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e

Art. 34. À SAS compete:

XI - promover a defesa dos direitos humanos e da cidadania.
XII - instalar cozinhas comunitárias. (NR)"

Sala das Comissões,

Sala das Comissões,
Deputado Marcos José de Abreu - Marquito - PSOL

JUSTIFICATIVA

A fome é um produto das relações econômicas, políticas e sociais que produzem a desigualdade e a miséria. A pandemia e radicalização do ajuste fiscal agravou as condições de vida do povo brasileiro e com consequência direta o Brasil voltou para o mapa da fome. No entanto, durante mais de uma década, o Brasil foi admirado por suas políticas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional. O conjunto de políticas e programas somados ao funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), espaço de concertação entre sociedade civil, órgãos governamentais e outros setores, foi fundamental para tirar o país do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014. A Pandemia da Covid-19 evidenciou as desigualdades brasileiras e a ausência de compromisso para estabelecer as políticas públicas e prioridades necessárias. Segundo a Rede PENSSAN[1], no fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiras e brasileiros conviviam com a fome.

Em 2022, registrou-se 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer, sendo que 15,9 milhões de pessoas utilizaram alguma estratégia socialmente inaceitável que lhe trouxe vergonha, tristeza ou constrangimento, para conseguir um prato de comida. Ao olhar para a fome, temos sempre que lembrar que cada número absoluto representa a vida de uma pessoa. E que mudanças em percentuais de insegurança alimentar - ainda que pareçam pequenas - significam milhões de pessoas convivendo cotidianamente com a fome. Em 2022, pouco mais de 40% da população tinha garantia de acesso pleno aos alimentos. 28,0% já conviviam com algum grau de instabilidade na alimentação traduzida pela preocupação quanto à possível incapacidade de obter alimentos no futuro próximo e comprometimento da qualidade da alimentação ou experiência de Insegurança Alimentar leve. 30,7% da população já vivia insuficiência de alimentos que atendessem às necessidades de seus moradores, ou seja, Insegurança Alimentar moderada ou grave, dos quais 15,5%, conviviam com experiências de fome.

As desigualdades de gênero e étnico racial aqui também não passam despercebidas. Mais de 6 em cada 10 domicílios tendo a mulher com responsável vivem com algum nível de Insegurança Alimentar. 19,3% das famílias chefiadas por mulheres estão expostas à fome, enquanto esse percentual reduz para 11,9% quando são os homens nessa posição; essa diferença é maior do que a observada em 2020 quando as prevalências eram 11,2% e 7,0%, respectivamente. Semelhante ao que foi observado na desigualdade de gênero, o racismo no Brasil está presente e se expressa também na falta de garantia do direito humano a uma alimentação suficiente e de qualidade para a população negra. 6 em cada 10 domicílios cujos responsáveis se identificavam como pretos ou pardos viviam em algum grau de Insegurança Alimentar, sendo 18,1% da população negra passando fome. Enquanto na população negra houve um aumento de mais de 60,0% na proporção daquelas que convivem com a fome, dentre brancos esse aumento foi de 34,6%, comparando os resultados dos dois Inquéritos da Rede PENSSAN. São muitas as condições de desigualdade que penalizam vários segmentos da população brasileira.

Merecem destaque as crianças que, em condição de carência alimentar, podem ter suas potencialidades e seu futuro comprometidos. Insuficiência de renda, desemprego e subemprego, deficiências habitacionais, falta de acesso à educação e precárias condições de saúde estão diretamente interrelacionados com o agravamento da fome no Brasil. De acordo com a ONU, o Brasil havia conseguido desvencilhar-se da crueza da fome devido ao aumento da renda da população por meio da geração de vinte milhões de empregos formais; à valorização do salário mínimo bem acima da inflação; aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família; ao investimento na merenda escolar; ao fortalecimento da agricultura familiar; e à participação social em instâncias de governança como o Consea, entre outras ações.[2]

A implantação de cozinhas comunitárias visa entregar refeições de graça para quem passa fome garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada, previsto no artigo sexto da Constituição Federal. As Cozinhas Solidárias serão equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional que tem como objetivo contribuir com o acesso à alimentação adequada e nutricional às famílias que hoje passam fome. Tem três eixos fundamentais: 1) entrega de comida com alto valor nutricional de graça para quem não tem o que comer; 2) geração de emprego e renda no campo e na cidade, sendo empregos formais, principalmente, voltados para mulheres

negras que são a maioria entre as trabalhadoras de cozinhas coletivas e comunitárias; e 3) integração do ciclo campo e cidade, onde os alimentos produzidos no campo pela agricultura familiar e pequeno agricultor e das feiras, quintais e hortas urbanas e periurbanas abastecem as Cozinhas Solidárias com alimentação saudável e de alto valor nutricional nas cidades.

O Programa é um instrumento de geração de emprego formal e renda na cidade e no campo. As Cozinhas poderão empregar pessoas que hoje se encontram dentro dos cerca de 10 milhões de desempregados no Brasil. A experiência mostra que para o ramo de cozinhas solidárias, coletivas e comunitárias, os empregos não exigem alto grau de formação, podendo absorver o público mais vulnerável e de baixa escolaridade, que hoje, infelizmente, ainda são maioria de mulheres negras, inclusive o mesmo público que hoje apresenta maiores índices de fome.

Desta forma, o Programa faz também com que famílias saiam da condição de vulnerabilidade e fome a partir da geração de emprego e renda formal. Sob o olhar do campo, o Programa estará atrelado a Política de Aquisição dos Alimentos (PAA), com as mesmas condicionantes determinadas. Com isso, garantiremos que, pelo menos, 30% da compra de alimentos venha da agricultura familiar, priorizando assentamentos, quilombolas, indígenas e alimentos orgânicos e agroflorestais. Ao longo da implementação do Programa, com a expectativa de retomada de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, pretende-se que 70% da compra de alimentos venha do PAA.

Esta integração com a agricultura familiar contribuirá para o enfrentamento e superação da vulnerabilidade social no campo e ao mesmo tempo permitirá a estruturação de sistemas de abastecimento locais, de circuitos curtos, contribuindo assim para o fortalecimento da economia local, reduzindo custos com fretes e também reduzindo o impacto ambiental. Neste sentido, dotar as cozinhas de capacidade para processamento de alimentos e armazenamento é fundamental para aproveitar melhor os produtos em época de safra, bem como eventuais excedentes. Assim, também é necessário que a cozinha, tenha a possibilidade de ter a sua disposição veículos para transporte dos produtos, facilitando a vinculação direta entre as famílias agricultoras e a cozinha, reduzindo custos relativos à intermediação comercial. As Cozinhas Comunitárias, como equipamentos públicos nas periferias das regiões metropolitanas, além de entregarem refeição de graça para quem passa fome, podem ser a intersecção entre a cozinha, as pessoas e o território e promovem uma rede de aprendizagem que ressignifica a relação com a comida, por exemplo, desde o cuidado com a horta que alimenta e gera significados culturais, a partir das práticas de cultivo e preparação de alimentos e ainda, cria laços com seus usuários[3].

A cozinha é tratada como espaço de ressignificação de cultura, produção, território, comida e as práticas de comensalidades no contexto do enfrentamento da fome e insegurança alimentar e nutricional. Além disso, são espaços de socialização onde se estabelece trocas e fortalecimento de relações de solidariedade e rede de apoio social, principalmente entre mulheres.

[1] Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>

[2] Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro, 2022

[3] Disponível em: [https://diplomatie.org.br/interseccoesdo-](https://diplomatie.org.br/interseccoesdo-comerem-sociedade/)

comerem-sociedade/

